interapia

V. 3 N. 2 (2025) · ENSAIO TEÓRICO · ISSN 3085-9085

ENSAIO TEÓRICO FILOSOFIA · COMPORTAMENTO

Conhece-te a ti mesmo: método e ontologia na aproximação entre Sócrates e o behaviorismo radical de Skinner

Know thyself: method and ontology in the approximation between Socrates and Skinner's radical behaviourism

Anna Paula Bailão Marques

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 19 DEZ 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

O preceito délfico "conhece-te a ti mesmo", apropriado por Sócrates como programa filosófico, e a análise do comportamento de B. F. Skinner são tradições habitualmente tratadas como incomensuráveis. Este ensaio examina em que condições uma aproximação entre elas pode ser sustentada e em que ponto ela necessariamente se rompe. Argumenta-se que a convergência é real, mas estritamente metodológica: tanto o exame socrático quanto a análise funcional do comportamento deslocam o saber sobre si do foro íntimo para um procedimento público, fazem-no depender da intervenção de um outro e tomam as consequências da conduta como critério de correção. A ruptura, por sua vez, é ontológica e não admite conciliação: o preceito socrático supõe uma alma a ser conhecida e faz da introspecção a via desse conhecimento, ao passo que o behaviorismo radical recusa explicitamente a introspecção como fonte de dados e o mentalismo como forma de explicação. Sustenta-se que apenas a explicitação dessa fronteira torna a aproximação defensável, e que dissolvê-la — tratando autoconhecimento socrático e autodescrição discriminativa como sinônimos — converte o paralelo em analogia impressionista, sem rendimento teórico nem clínico.

Palavras-chave: Sócrates; Skinner; behaviorismo radical; autoconhecimento; cuidado de si.

ABSTRACT

The Delphic precept "know thyself", appropriated by Socrates as a philosophical programme, and B. F. Skinner's behaviour analysis are traditions usually treated as incommensurable. This essay examines under what conditions an approximation between them can be sustained and at what point it necessarily breaks down. It is argued that the convergence is real but strictly methodological: both Socratic examination and functional analysis of behaviour displace self-knowledge from the inner forum to a public procedure, make it dependent on the intervention of another, and take the consequences of conduct as the criterion of correctness. The rupture, in turn, is ontological and admits of no reconciliation: the Socratic precept presupposes a soul to be known and makes introspection the route to that knowledge, whereas radical behaviourism explicitly rejects introspection as a source of data and mentalism as a form of explanation. It is held that only by making this boundary explicit does the approximation become defensible, and that dissolving it — treating Socratic self-knowledge and discriminative self-description as synonyms — reduces the parallel to impressionistic analogy, without theoretical or clinical yield.

Keywords: Socrates; Skinner; radical behaviourism; self-knowledge; care of the self.

1 Introdução

Poucas fórmulas atravessaram a história do pensamento ocidental com tamanha plasticidade quanto o *gnothi seauton* inscrito no templo de Delfos. Convertida por Sócrates em programa de vida, retomada pelo estoicismo imperial,

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

reposta pela modernidade como exigência de interioridade e absorvida pelo vocabulário terapêutico contemporâneo, a injunção ao autoconhecimento sobreviveu a transformações radicais naquilo que se supõe existir para ser conhecido. É essa plasticidade que torna legítima — e simultaneamente arriscada — a pergunta deste ensaio: pode o preceito socrático ser posto em relação com o behaviorismo radical de B. F. Skinner, tradição que recusa de modo explícito a interioridade como objeto de conhecimento?

A pergunta não é retórica. Skinner (1982) dedica um capítulo inteiro ao problema do autoconhecimento e conclui que ele é possível, embora não pelas vias que a tradição filosófica lhe atribuiu. A análise do comportamento dispõe, portanto, de uma posição positiva sobre o tema, e não apenas de uma recusa. Igualmente, o Sócrates dos diálogos aporéticos não se apresenta como alguém que contempla o próprio interior: apresenta-se como alguém que submete a exame público as afirmações de outrem e as suas próprias, e que declara nada saber. Há, nas duas pontas, mais procedimento do que introspecção, e é nesse interstício que a aproximação encontra seu terreno.

A tese aqui sustentada é dupla e deliberadamente assimétrica. Afirma-se, primeiro, que existe convergência substantiva entre as duas tradições no plano do *método*: ambas constituem o saber sobre si como resultado de um procedimento, não como dado de partida; ambas o tornam dependente da intervenção de um outro; ambas julgam seu êxito por efeitos observáveis na conduta. Afirma-se, segundo, que não existe convergência alguma no plano da *ontologia do sujeito*: o preceito socrático supõe uma alma cuja natureza é ser conhecida, e o behaviorismo radical nega que haja tal entidade ou que, havendo, ela possa funcionar como causa explicativa. Entre esses dois planos não há passagem gradual, e tratá-los como contínuo é precisamente o erro que torna impressionista a maior parte das aproximações já tentadas.

Essa fronteira é o objeto central do artigo. Sustentá-la não enfraquece a aproximação — é o que a torna enunciável. Uma convergência metodológica entre tradições ontologicamente incompatíveis é um resultado mais interessante, e epistemicamente mais sóbrio, do que uma síntese que só se obtém por supressão das diferenças.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual, cujo objetivo não é inventariar a produção sobre os dois autores, mas examinar a consistência de uma relação proposta entre eles.

O corpus primário reúne, do lado socrático, os diálogos em que o exame de si recebe formulação explícita — a *Defesa de Sócrates*, o *Mênon* e o *Fédon* —, lidos na paginação Stephanus e complementados pelo testemunho de Xenofonte (1996), que oferece contraponto não platônico. Do lado behaviorista, reúne os textos em que Skinner trata diretamente de eventos privados, autodescrição e autocontrole: *Ciência e comportamento humano* (2003), *O comportamento verbal* (1978), o artigo programático de 1963 sobre estímulos privados e *Sobre o behaviorismo* (1982).

O corpus secundário é restrito a obras de referência que permitam situar historicamente cada tradição sem substituí-la: Vlastos (1991) e Kahn (1996) para a reconstrução do procedimento socrático; Hadot (1999) e Foucault (2006) para a inserção do preceito délfico na categoria mais ampla do cuidado de si; Catania (1999) e Baum (2006) para a sistematização dos conceitos de discriminação e de controle por consequências.

O critério de inclusão exigiu que cada fonte pudesse ser enunciada em sua edição e localizada em passagem determinada. Foram excluídas atribuições indiretas não verificáveis, bem como fontes de divulgação sem aparato crítico. O procedimento analítico consistiu em três etapas: reconstituição de cada posição em seus próprios termos; identificação das dimensões em que as duas admitem comparação; e exame, dimensão por dimensão, de se a comparação se sustenta ou colapsa.

3 O preceito délfico e o procedimento socrático

3.1 Do oráculo ao cuidado de si

A inscrição délfica antecede Sócrates e, em sua origem, tem sentido admonitório: conhece tua condição de mortal, não te excedas. A operação socrática consiste em convertê-la de advertência cultual em tarefa filosófica. Hadot (1999) mostra que essa conversão inscreve o preceito num conjunto de práticas — exame de consciência, exercício do diálogo, preparação para a morte — cuja finalidade não é acumular proposições verdadeiras sobre si, mas transformar o modo de viver de quem as pratica. Foucault (2006) radicaliza a leitura: o *gnothi seauton* é subordinado à *epimeleia heautou*, ao cuidado de si, e só adquire sentido como momento de uma prática mais abrangente de constituição do sujeito.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

Essa subordinação tem consequência decisiva para o argumento deste ensaio. Se o autoconhecimento socrático fosse apenas contemplação do próprio interior, nada haveria a comparar com uma psicologia que recusa a interioridade. Mas ele é, desde o início, prática orientada a efeitos: Sócrates exorta os atenienses a cuidar menos das riquezas e da reputação e mais de si mesmos (*Defesa de Sócrates*, 29d-30b), e a vida não examinada é declarada não digna de ser vivida (38a) porque o exame modifica quem o pratica, não porque produz um inventário.

3.2 Ironia e maiêutica: o exame como procedimento

O procedimento socrático, tal como reconstruído por Vlastos (1991), tem estrutura reconhecível. O interlocutor enuncia uma tese; Sócrates obtém dele a concordância com premissas adicionais; destas se deduz a negação da tese inicial. O resultado é a *aporia*: o interlocutor descobre-se incapaz de sustentar aquilo que julgava saber. Trata-se de refutação, e Kahn (1996) adverte que o caráter construtivo que a tradição posterior lhe atribuiu — a maiêutica como parto de verdades preexistentes — pertence a uma camada mais tardia da obra platônica do que os diálogos aporéticos.

Dois traços desse procedimento importam aqui. O primeiro é sua natureza *pública*. O exame não se dá no foro íntimo: dá-se em praça, diante de testemunhas, por meio de enunciados que podem ser repetidos, contestados e verificados quanto à coerência. O próprio Sócrates declara-se ignorante (*Defesa de Sócrates*, 21b-23b) e, no *Mênon*, aceita a comparação com a raia-elétrica apenas com a ressalva de que também ele está paralisado (80c-d). O saber sobre si não é dado por quem o possui, porque ninguém o possui de antemão.

O segundo traço é a *dependência do outro*. O episódio do escravo no *Mênon* (82b-85b) costuma ser lido como demonstração da reminiscência; para o argumento presente, o que importa é outro aspecto: o escravo só avança porque Sócrates lhe apresenta, em determinado ponto, a questão que ele não teria formulado sozinho. Suprimida a interrogação externa, suprime-se o percurso. A prática do exame tem, ainda, condição de possibilidade na disposição a purificar o juízo das opiniões herdadas, tema que o *Fédon* desenvolve em registro mais acentuadamente dualista (66b-67b) — registro que, como se verá, é exatamente o que impede a aproximação de passar do método à ontologia.

4 O autoconhecimento no behaviorismo radical

4.1 A recusa da introspecção

A posição de Skinner sobre a introspecção é frequentemente caricaturada como negação da existência de eventos privados. Não é isso que ele sustenta. Skinner (1963) afirma que o behaviorismo radical distingue-se do metodológico justamente por não excluir os eventos privados do objeto da ciência: dores, imagens e falas encobertas ocorrem, e uma ciência do comportamento que as ignorasse seria incompleta. O que ele nega é outra coisa, e em dois movimentos.

Nega, primeiro, que a introspecção forneça *dados* no sentido científico. O relato introspectivo não é observação privilegiada de um objeto interno; é comportamento verbal, emitido sob controle de certas variáveis, e portanto ele próprio um fenômeno a ser explicado, não um instrumento de explicação. Nega, segundo, que entidades mentais possam funcionar como *causas*. Atribuir uma conduta à vontade, à intenção ou ao caráter é, para Skinner (2003), interromper a análise antes que ela comece, substituindo a investigação das variáveis ambientais por uma paráfrase do fenômeno a explicar. É esse mentalismo, e não a existência do privado, o alvo da recusa.

4.2 Autoconhecimento como comportamento verbal discriminativo

Estabelecida a recusa, resta a pergunta positiva: em que consiste, então, conhecer-se a si mesmo? A resposta de Skinner (1978; 1982) é que o autoconhecimento é um repertório de comportamento verbal discriminativo — a capacidade de emitir, diante do próprio comportamento e das variáveis que o controlam, descrições que sejam diferencialmente reforçadas pela comunidade verbal.

A formulação é mais consequente do que parece. Discriminação, na acepção técnica (Catania, 1999), designa o processo pelo qual uma resposta se torna mais provável na presença de um estímulo específico, por efeito de reforçamento diferencial. Dizer que o autoconhecimento é discriminativo é dizer que ele se aprende: alguém se torna capaz de descrever o próprio comportamento porque uma comunidade verbal lhe ensinou a fazê-lo, corrigindo descrições e reforçando outras. Daí decorre a tese mais contraintuitiva do behaviorismo radical sobre o tema — a de que o autoconhecimento é *de origem social*. O indivíduo não tem acesso privilegiado a si: tem acesso privilegiado a uma porção do campo estimular, mas a capacidade de nomeá-la depende inteiramente de um treino que só ou-

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

tros podem ministrar, e que é necessariamente imperfeito, porque a comunidade não dispõe do acesso que corrigiria o ensino.

4.3 Reforço, autocontrole e autogoverno

A teoria do reforço descreve o controle da conduta por suas consequências: respostas seguidas de consequências reforçadoras tornam-se mais prováveis; respostas sem tais consequências extinguem-se (Baum, 2006; Skinner, 1938). Aplicado ao problema do governo de si, esse princípio produz a noção de autocontrole exposta em *Ciência e comportamento humano* (Skinner, 2003). Controlar-se não significa exercer uma faculdade interior sobre impulsos: significa emitir uma resposta — a resposta controladora — que altera as variáveis de que depende outra resposta. Afastar-se de uma situação, modificar o ambiente, comprometer-se publicamente, programar consequências para si são operações observáveis, e é nelas que o autogoverno consiste.

O rendimento clínico dessa reformulação é considerável, e convém enunciá-lo sem exagero. Ela desloca a intervenção do terreno da exortação moral para o da análise das contingências efetivamente em vigor, e torna o autoconhecimento avaliável por um critério externo: alguém se conhece melhor na medida em que suas descrições do próprio comportamento predizem o que de fato fará.

5 A fronteira entre método e ontologia

5.1 O que a aproximação sustenta

Postas as duas posições em seus próprios termos, a convergência torna-se precisa. Em três dimensões ela é genuína. A primeira é a *publicidade do procedimento*: nem o exame socrático nem a análise funcional admitem que o sujeito decida sozinho, por inspeção, o que é verdadeiro a seu respeito; ambos submetem a autodescrição a um teste que não está sob controle de quem a emite. A segunda é a *dependência do outro*: o interlocutor socrático e a comunidade verbal skinneriana ocupam posição estruturalmente análoga, a de instância sem a qual o saber sobre si não se constitui. A terceira é a *primazia das consequências*: Sócrates julga uma vida pelo exame a que ela se submete e pelos efeitos desse exame sobre o modo de viver; Skinner julga um repertório pelas consequências que o mantêm. Em ambos, o critério é deslocado do foro interno para o efeito verificável.

DIMENSÃO	SÓCRATES	SKINNER	A APROXIMAÇÃO SE SUSTENTA?
Via de acesso	Introspecção guiada pelo exame dialógico	Recusada: o relato é comportamento a explicar	Não. Ruptura frontal, sem mediação possível
Objeto conhecido	A alma, entidade cuja natureza é ser conhecida	Um repertório e as variáveis que o controlam	Não. Ontologias incompatíveis
Papel do outro	Interlocutor que interroga e devolve a contradição	Comunidade verbal que reforça diferencialmente	Sim. Saber de si dependente de um terceiro
Critério	Coerência do argumento sob exame público	Consequências efetivas da conduta no ambiente	Parcial. Ambos externalizam o critério
Finalidade	Cuidado de si: transformar o modo de viver	Autogoverno: manipular as próprias variáveis	Sim. Convergência prática, não doutrinária

Tabela 1 — Confronto dimensão a dimensão entre o preceito socrático e o behaviorismo radical. A coluna final registra se a comparação se sustenta na dimensão considerada, e não o grau de semelhança entre as formulações.

5.2 O que a aproximação não sustenta

Nas duas dimensões restantes, a comparação não apenas enfraquece: inverte-se. A primeira é a via de acesso. O preceito socrático, mesmo em sua versão mais prática, supõe que o exame conduza o sujeito a um olhar sobre si — é dentro, na alma ou na consciência, que ele deve procurar aquilo que é e aquilo que deve fazer. O behaviorismo radical recusa essa operação com todas as letras, e não por cautela metodológica: para Skinner (1963), o relato do que se passa "dentro" é comportamento sob controle de variáveis como quaisquer outras, e tomá-lo como observação do interior é inverter a ordem da explicação.

A segunda é o objeto. O Sócrates do *Fédon* supõe uma alma distinta do corpo, de natureza tal que conhecê-la é a tarefa própria do filósofo. O behaviorismo radical não admite entidade dessa ordem no lugar causal: o que há é um organismo, uma história de interações com o ambiente e um repertório que dela resulta. Não se trata de divergên-

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

cia sobre o que a alma é, mas de recusa de que haja algo nesse lugar funcional.

Essas duas rupturas não são periféricas — incidem sobre o núcleo de cada tradição. Daí a assimetria sustentada neste artigo: a aproximação é legítima no plano do método e ilegítima no plano da ontologia do sujeito, e nenhuma formulação intermediária reconcilia os dois planos. Aproximações que falham em marcar essa fronteira costumam fazê-lo por um deslizamento verbal característico, o de tomar "observar-se" como termo unívoco, quando designa, de um lado, uma inspeção interior e, de outro, exatamente a recusa dela. Esse deslizamento produz uma síntese aparente ao preço de descaracterizar ambas as posições.

6 A mediação psicanalítica e seus limites

A tradição psicanalítica é frequentemente convocada como termo médio entre filosofia antiga e psicologia experimental, e convém examinar se o papel lhe cabe. Há motivo para a convocação: Freud (1996) também destitui o sujeito do acesso privilegiado a si, ao sustentar que o essencial da vida psíquica se subtrai à consciência e que o eu não é senhor em sua própria casa. Nessa medida, a psicanálise partilha com o behaviorismo a desconfiança quanto ao testemunho introspectivo e, com Sócrates, a exigência de um procedimento conduzido na presença de um outro.

A mediação, contudo, não se completa. A psicanálise desconfia do relato introspectivo, mas não do psiquismo: ela multiplica as instâncias internas em vez de recusá-las, e faz do inconsciente uma causa, isto é, precisamente o movimento que Skinner (2003) identifica como mentalismo. Do ponto de vista behaviorista, a psicanálise não é um passo em direção à análise funcional: é uma variante sofisticada daquilo que ela rejeita. A psicanálise é, assim, aliada de Sócrates contra a transparência do eu e adversária de Skinner quanto ao estatuto causal do interior — o que a torna um terceiro termo informativo, e não uma ponte.

7 Considerações finais

O percurso autoriza três conclusões de alcance distinto.

A primeira é que a aproximação entre Sócrates e Skinner é sustentável, desde que enunciada no plano correto. Há convergência verificável quanto ao caráter público do procedimento, à dependência de um outro e à primazia das consequências como critério. Essa convergência não é trivial: ela mostra que a ideia de um saber sobre si constituído por procedimento, e não dado por inspeção, atravessa tradições separadas por vinte e quatro séculos e por pressupostos antagônicos.

A segunda é que a fronteira ontológica não pode ser atravessada. O preceito délfico, tal como Sócrates o pratica, supõe uma alma e faz do olhar sobre si a via de seu conhecimento; o behaviorismo radical recusa ambos os termos. Dissolver essa oposição — tratando a autodescrição discriminativa como versão moderna do exame de consciência — não produz síntese, mas equívoco. Marcá-la é condição para que a comparação tenha valor cognitivo.

A terceira diz respeito ao rendimento prático. As duas tradições oferecem, a quem trabalha com o sofrimento psíquico, injunções compatíveis no plano operatório, ainda que irreconciliáveis no plano doutrinário: não tomar por verdadeiro o que alguém diz de si apenas porque o diz; não conduzir sozinho o exame; julgar seu êxito pelo que se modifica na conduta, e não pelo sentimento de haver compreendido. Essas três regras podem ser derivadas tanto do procedimento socrático quanto da análise funcional, e é significativo que o possam.

Resta como agenda o exame das operações de tradução entre vocabulários. Entre "exame de si" e "autodescrição sob controle discriminativo" há distância que nenhuma analogia vence. Cada par de termos exige investigação específica sobre o que, neles, é comparável, e sobre o que resiste à comparação — trabalho mais lento do que a síntese, e o único capaz de produzir um resultado que nenhuma das duas tradições precise desautorizar para aceitar.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. A revista não dispõe de declaração do autor; o manuscrito, do acervo, foi recebido pela direção anterior, que não a solicitava.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

Referências

BAUM, W. M. *Compreender o behaviorismo*: comportamento, cultura e evolução. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CATANIA, A. C. *Aprendizagem*: comportamento, linguagem e cognição. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*: curso dado no Collège de France (1981-1982). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREUD, S. O ego e o id (1923). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 23-83.

HADOT, P. *O que é a filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.

KAHN, C. H. *Plato and the Socratic dialogue*: the philosophical use of a literary form. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PLATÃO. *Defesa de Sócrates*. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Os Pensadores).

PLATÃO. *Fédon*. Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Os Pensadores).

PLATÃO. *Mênon*. Tradução de Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola, 2001.

SKINNER, B. F. *The behavior of organisms*: an experimental analysis. New York: Appleton-Century-Crofts, 1938.

SKINNER, B. F. Behaviorism at fifty. *Science*, v. 140, n. 3570, p. 951-958, 1963.

SKINNER, B. F. *O comportamento verbal*. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Cultrix, 1978.

SKINNER, B. F. *Sobre o behaviorismo*. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Cultrix, 1982.

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VLASTOS, G. *Socrates*: ironist and moral philosopher. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

XENOFONTE. Ditos e feitos memoráveis de Sócrates. In: *Sócrates*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

COMO CITAR

MARQUES, A. P. B. Conhece-te a ti mesmo: método e ontologia na aproximação entre Sócrates e o behaviorismo radical de Skinner. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 2, p. 54-60, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.